



NUDISS
**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

NECROINFÂNCIA E SERVIÇO SOCIAL: Repensando as infâncias das crianças negras

**NECROCHILDHOOD AND SOCIAL WORK: Rethinking the Childhoods of Black
Children**Título

Carina Magalhães¹

Felícia Canella Guerra²

Karolyn Ferraz³

Marcela Rodrigues⁴

Eixo Temático: 2 - Capitalismo, justiça ambiental e relações etnico-raciais

Introdução

Este trabalho possui o propósito de tecer uma reflexão teórico crítica acerca de como as crianças e adolescentes negros são percebidas e tratadas pelo Estado brasileiro. Para isso, é preciso retomar que a formação social brasileira é estruturada sob uma lógica racista, patriarcal e violenta. E assim, torna-se imprescindível conhecer as particularidades históricas e sociais que moldam o imaginário coletivo sobre a população negra, a infância e a adolescência brasileiras até os dias atuais. Nessa direção, é fundamental reconhecer que, ao abordar a infância brasileira, estamos, na realidade, falando de duas infâncias distintas: a infância branca, protegida, acolhida e elitizada, e a infância negra, marginalizada e vista como uma ameaça à sociedade, uma mentalidade que remonta à era colonial. Portanto, para tecer uma análise crítica do impacto do racismo no cotidiano de crianças e adolescentes, esse trabalho tem como metodologia uma pesquisa bibliográfica sobre o racismo e a situação de crianças e adolescentes negros no Brasil, com o aporte em estudos de referência do campo antirracista, como Mbembe (2018).

Desenvolvimento

Logo de início, é preciso partir da compreensão de que crianças e adolescentes são atravessados pelo

¹Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Email: seso.carinamagalhaes@gmail.com

²Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Email: feliciacanella@gmail.com.

³Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Email: karolyn.ferraz@gmail.com

⁴Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
Email: marcelarodriguesca@gmail.com



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

racismo estrutural na formação brasileira (Almeida, 2019). Posto isso, faz-se necessário resgatar o termo necropolítica, elaborado por Achille Mbembe (2018), que aborda o discurso sobre o poder de Estado presente nas sociedades contemporâneas, formulado por Foucault (1976). Mbembe (2018) pensa o biopoder para compreender relações sociais contemporâneas atravessadas pela raça e etnia. Para o autor, a necropolítica consiste no poder de determinar quais indivíduos devem sobreviver e quais devem perecer, fundado em determinações raciais. E assim, por meio dessa constante ideia de *deixar morrer* passa a ser considerada socialmente aceitável, ligada a um corpo específico, ao negro.

Na mesma direção é pensando o lugar social destinado à infância negra, Nogueira (2020) adota o conceito de necroinfância como um dispositivo da necropolítica que objetiva o controle e naturalização do sofrimento de crianças negras, bem como a transformação dos corpos infantis em *coisas* manipuláveis e matáveis. É possível observar uma série de índices que conjugam violência, destituição de direitos, abuso e exploração de crianças negras no Brasil. Pode-se desconsiderar que tais aspectos estão enraizados e naturalizados, desde o período colonial e escravocrata no Brasil, sendo repostos, no contexto contemporâneo, com a chancela de um Estado racista e de uma sociedade estruturada pelo racismo.

Nessa direção, aponta-se a histórica atuação policial no Rio de Janeiro, que tem como marco a chegada da família real em 1808, voltada especialmente para a repressão da população negra, escravizada ou liberta, legitimando o poder da elite colonial (Holloway, 1997). Tal violência perpetua-se até a contemporaneidade. De acordo com os dados coletados e divulgados na pesquisa realizada pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) em conjunto com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), no ano de 2020, aproximadamente 787 crianças e adolescentes perderam suas vidas em decorrência da ação policial no Brasil. Dentre elas, cerca de 80% eram negras e 90% do sexo masculino. Logo, percebe-se qual é o alvo da política de morte, e quais são os corpos mais atravessados pela violência de Estado.

Considerações Finais

Conforme o exposto, percebe-se que o direito das crianças de serem crianças é restrito a apenas uma parte delas, em particular, às brancas. E pontua-se que a herança colonial desdobra-se na ideia de quem pode viver e quem vai morrer. Ao tratar sobre crianças, adolescentes e jovens do gênero masculino, foi possível analisar que este segmento é o mais violentado pela polícia, que é uma instituição que reprime, violenta, assassina e controla as pessoas negras desde sua gênese, no período



**I Seminário Nacional Infância,
Juventude e os Direitos Humanos no Brasil**
Niterói (RJ, Brasil), 10 a 12 de setembro de 2025

colonial. Os índices de mortalidade de meninos negros, três vezes maiores do que em relação aos meninos brancos, nos mostram os impactos da violência racial (Violência Armada e o Racismo: o papel da arma de fogo na desigualdade racial, 2022). Desse modo, pode-se afirmar que as garantias estabelecidas pelo ECA, de forma isolada, ou seja desconsiderando a raça, não podem alterar a realidade de crianças e adolescentes negros. E ainda que, a lógica da política de segurança pública precisa ser enfrentada em toda a sua complexidade, entendendo o passado colonial brasileiro.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, S. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

EURICO, M. C.. **Racismo na Infância**. São Paulo: Cortez, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, 1975. (ou edição equivalente em português)

HOLLOWAY, T.H. **Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1, 2018. p. 175.

_____. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NOGUERA, R. **Necroinfância: por que as crianças negras são assassinadas?** Lunetas, 2020.

Disponível em: <https://lunetas.com.br/necroinfancia-criancas-negras-assassinadas/>. Acesso em: 28 mar. 2024.

UNICEF; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Panorama da violência letal e sexual contra crianças e adolescentes no Brasil**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública: UNICEF Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org>. Acesso em: 24 abr. 2024.